

**FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE
BRUSQUE - FEBE**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020



**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Ao Conselho de Administração e Curador da
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BRUSQUE – FEBE
Brusque - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BRUSQUE – FEBE** ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BRUSQUE – FEBE** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem Finalidade de Lucro (NBC ITG 2.002/15-R1) e Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1.000 - R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem Finalidade de Lucro (NBC ITG 2.002/15-R1), Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1.000 - R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

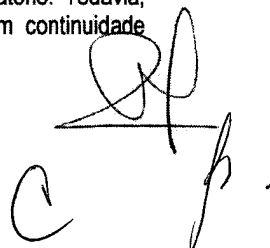
Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

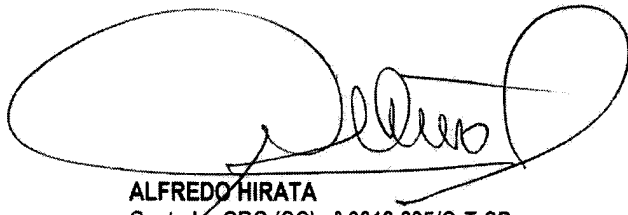
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville (SC), 19 de fevereiro de 2021.



ALFREDO HIRATA
Contador CRC (SC) nº 0018.835/O-T-SP

Martinelli
AUDITORES

MARTINELLI AUDITORES
CRC (SC) nº 001.132/O-9



FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BRUSQUE - FEBE
BALANÇO PATRIMONIAL EM
Valores expressos em Reais

ATIVO	Nota	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.604.826	4.789.355
Contas a receber	5	1.570.115	1.778.713
Estoques		21.374	25.512
Adiantamentos	6	723.583	199.052
Outros créditos	7	49.340	234.733
Despesas antecipadas		192.656	142.491
Total do ativo circulante		6.161.894	7.169.856
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo	5	555.845	438.478
Investimentos		2.348	2.348
Propriedade para investimento	8	5.153.300	5.153.300
Imobilizado	9	59.598.287	51.416.003
Intangível	10	57.876	21.681
Total do ativo não circulante		65.367.656	57.031.810
TOTAL DO ATIVO		71.529.550	64.201.666

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras"

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BRUSQUE - FEBE
BALANÇO PATRIMONIAL EM
Valores expressos em Reais

<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	12	2.226.486	1.512.541
Fornecedores	11	1.237.587	1.019.017
Obrigações sociais e trabalhistas	13	2.919.029	3.139.177
Adiantamento de contas a receber	14	879.027	768.657
Receita diferida	15	101.471	101.471
Outras obrigações	16	399.191	1.024.090
Total do passivo circulante		<u>7.762.791</u>	<u>7.564.953</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	12	13.286.158	9.885.109
Receita diferida	15	295.567	397.037
Provisões para contingência	17	2.353.856	998.159
Outras obrigações	16	27.792	21.924
Total do passivo não circulante		<u>15.963.373</u>	<u>11.302.229</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio social		19.242.197	16.544.839
Ajuste de Avaliação Patrimonial	18.1	28.561.189	28.789.645
Total do patrimônio líquido		<u>47.803.386</u>	<u>45.334.484</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>71.529.550</u>	<u>64.201.666</u>

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeira

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BRUSQUE - FEBE
DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DOS PERÍODOS FINDOS EM:
Valores expressos em Reais

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
RECEITA BRUTA			
Receita de ensino e extensão		34.717.257	32.367.101
Receita de prestação de serviços		181.233	855.987
Total da receita bruta	19	<u>34.898.490</u>	<u>33.223.088</u>
DEDUÇÕES DA RECEITA			
Bolsas de estudo concedidas		(787.195)	(1.299.527)
Repasse Convênios		(25.681)	(28.088)
Repasse para o DCE		(54.132)	(50.437)
Encargos FIES		(23.730)	(341.495)
Cancelamentos		(195.980)	(197.824)
Total das deduções da receita		<u>(1.086.718)</u>	<u>(1.917.371)</u>
RECEITA LÍQUIDA		<u>33.811.772</u>	<u>31.305.717</u>
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	20	(22.343.314)	(22.131.076)
SUPERÁVIT BRUTO		<u>11.468.458</u>	<u>9.174.641</u>
DESPESAS			
Gerais e administrativas	21	(8.084.638)	(10.868.576)
Outras receitas (despesas)	22	530.993	5.623.021
		<u>(7.553.645)</u>	<u>(5.245.555)</u>
SUPERÁVIT ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		<u>3.914.813</u>	<u>3.929.086</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		413.715	500.573
Ganho com mensuração pelo valor justo		-	2.962.675
Despesas financeiras		(1.859.626)	(1.917.819)
Resultado financeiro líquido	23	<u>(1.445.911)</u>	<u>1.545.429</u>
SUPERÁVIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>2.468.902</u>	<u>5.474.515</u>

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras"

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BRUSQUE - FEBE
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019
Valores expressos em Reais

Valores expressos em Reais

	<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
SUPERÁVIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>2.468.902</u>	<u>5.474.515</u>
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES			
SUPERÁVIT ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		<u>2.468.902</u>	<u>5.474.515</u>

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras"



FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BRUSQUE - FEBE
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

Valores expressos em Reais

	<u>Nota</u>	<u>PATRIMÔNIO SOCIAL</u>	<u>SUPERÁVIT ACUMULADO</u>	<u>AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL</u>	<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018		10.811.511	-	29.048.458	39.859.969
Realização do custo atribuído ao imobilizado	18.1		258.813	(258.813)	-
Superávit do exercício			5.474.515		5.474.515
Transferências patrimoniais		5.733.328	(5.733.328)		-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		16.544.839	-	28.789.645	45.334.484
Realização do custo atribuído ao imobilizado	18.1		228.456	(228.456)	-
Superávit do exercício			2.468.902		2.468.902
Transferências patrimoniais		2.697.358	(2.697.358)		-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		19.242.197	-	28.561.189	47.803.386

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras"

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BRUSQUE - FEBE
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE
Valores expressos em Reais

<u>Natureza das operações</u>	<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Superávit do exercício		2.468.902	5.474.515
<u>±(-) Ajustes por:</u>			
Depreciações e amortizações	9 e 10	1.710.335	2.343.412
<i>Impairment</i> de ativo imobilizado e intangível	9 e 10	-	1.920.450
Baixas de bens do ativo imobilizado	9	4.407	631
Baixas de bens do ativo intangível	10	-	41.256
Valor justo de propriedade para investimento	23	-	(2.962.675)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		502.420	251.974
Provisão para contingência	17	1.355.697	752.096
Despesas de juros de empréstimos e financiamentos	23	1.444.410	1.477.297
Sub-total		7.486.171	9.298.956
<u>Variações nos ativos e passivos:</u>			
Contas a receber		(411.189)	(628.339)
Estoques		4.138	(4.444)
Adiantamentos		(524.531)	41.104
Outros créditos		185.393	(201.384)
Despesas antecipadas		(50.165)	(17.503)
Fornecedores		218.570	483.009
Obrigações sociais e trabalhistas		(220.148)	(149.694)
Adiantamento de contas a receber		110.370	278.047
Outras obrigações		(619.031)	487.627
Convênio público-receita diferida, líquida do reconhecimento	15	(101.470)	(101.471)
Caixa proveniente (usado) das operações		6.078.108	9.485.908
Juros pagos		(765.191)	(1.453.222)
Caixa líquido proveniente (usado) das atividades operacionais		5.312.917	8.032.686
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisições de ativo imobilizado	9	(9.876.864)	(5.091.313)
Aquisições de ativo intangível	10	(56.357)	(25.074)
Caixa líquido (usado) nas atividades de investimentos		(9.933.221)	(5.116.387)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Empréstimos de instituições financeiras - novos empréstimos		4.600.231	5.500.992
Empréstimos de instituições financeiras - pagamento do principal		(1.164.456)	(4.274.325)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		3.435.775	1.226.667
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		4.789.355	646.389
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	3.604.826	4.789.355

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras"

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BRUSQUE – FEBE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS
ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.
(Valores expressos em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Educacional de Brusque – FEBE, sediada na Rua Dorval Luz, nº 123, bairro Santa Terezinha, Brusque/SC, inscrita no CNPJ nº 83.128.769/0001-17 é uma Entidade sem fins lucrativos, não se enquadrando em quaisquer das formas de tributação do lucro vigentes no país.

A Entidade opera no ramo de educação superior e até a presente data não são conhecidos quaisquer eventos ou condições que possam comprometer a continuidade das suas operações. Sua finalidade é fomentar o desenvolvimento de pesquisas e estudos em todos os ramos e níveis do saber, promovendo sua difusão por meio de cursos permanentes e ocasionais, objetivando a valorização e o bem-estar do homem.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da NBC ITG 2002/15 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros, e do Pronunciamento Técnico PME Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1000) aprovado pela Resolução CFC nº 1.255/09, bem como da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

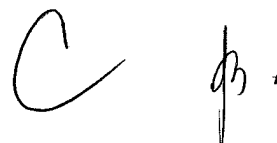
A Entidade observa o regime de competência para o registro de suas transações, combinado ainda com as seguintes práticas contábeis:

3.1 Classificação de itens circulantes e não circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.2 Compensação entre contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.



3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens nestas demonstrações contábeis são mensurados e apresentados em Real (R\$), que é a moeda funcional do principal ambiente econômico no qual a empresa atua e no qual é realizada a maioria de suas transações. Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

Todas as informações financeiras apresentadas em Real (R\$) foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Uso de estimativas contábeis e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos e outras transações tais como determinação de taxas de depreciação do ativo imobilizado e provisão para créditos de liquidação duvidosa necessária, entre outras. A liquidação das transações envolvendo estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido às premissas utilizadas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua.

3.5 Instrumentos financeiros

A Entidade classifica os seguintes instrumentos financeiros como instrumentos financeiros básicos:

- (a) Caixa e equivalentes de caixa; e,
- (b) Instrumentos de dívida.

Os instrumentos de dívida incluem as contas a receber e a pagar e os empréstimos a pagar, e estes são avaliados nas datas dos balanços pelo custo amortizado.

3.6 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e incluem numerário em poder da Entidade, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

3.7 Contas a receber de alunos

Representam, basicamente, valores a receber de alunos pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Instituição (mensalidades escolares). O reconhecimento do ajuste para créditos de liquidação duvidosa foi constituído em montante considerado suficiente pela Administração em face de eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações e outros créditos a receber.



3.8 Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são mantidas para valorização de capital. Inicialmente são avaliadas pelo custo de aquisição e, após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo seu valor justo. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. Transferências para a conta de propriedades para investimento e desta para outras, depende da mudança de uso do ativo transferido.

3.9 Imobilizado

As contas de ativo imobilizado estão registradas ao custo de aquisição, combinado ainda com os seguintes aspectos:

Os bens do imobilizado estão sujeitos à depreciação pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos mesmos e o seu valor residual, resultando nas seguintes taxas anuais: edifícios e construções – 2,1% (média aritmética ponderada), equipamentos de processamento de dados – 33%, veículos – 20%, equipamentos de geração de energia – 12,5% e demais contas – 10% a.a. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

3.10 Intangível

As contas do intangível estão representadas por softwares. As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-las e fazer com que os softwares estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares.

3.11 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de perdas por desvalorização sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por desvalorização é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. O valor recuperável é o mais alto entre: o valor justo de um ativo, menos os custos para vendê-lo e o seu valor em uso.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido perda por desvalorização, são revisados para a análise de uma possível reversão dessa perda na data de apresentação das demonstrações financeiras.

3.12 Contas a pagar a fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário das operações da Entidade e são, normalmente, reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente, quando for o caso.



3.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.14 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.15 Apuração do resultado

Receitas, custos e despesas são contabilizados separadamente, de acordo com a sua natureza e assim apresentados na Demonstração do Superávit do Exercício. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de custos e despesas.

3.16 Receitas de serviços

A Entidade aufera receita das mensalidades de cursos de graduação, pós-graduação, de ensino médio e de outras prestações de serviço de ensino. A receita de serviços compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa	5.273	6.439
Bancos conta movimento	87.723	147.562
Aplicações financeiras	<u>3.511.830</u>	<u>4.635.354</u>
Total	<u>3.604.826</u>	<u>4.789.355</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. Os valores em caixa e bancos abrangem numerários em espécie e disponível em contas bancárias e as aplicações financeiras referem-se a fundos de renda fixa, com possibilidade de resgate imediato, remunerados com base no CDI – Certificado de Depósitos Interbancário em Instituições Financeiras renomadas.

5. CONTAS A RECEBER

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Mensalidades a receber	2.643.271	2.538.142
Financiamento estudantil – FUNDACRED	65.498	47.835
Credito Educativo/FIES a Receber	-	17.699
Cheques pré-datados a receber	33.822	5.274
Cartão de crédito	164.686	4.505
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.337.162)	(834.742)
Total Circulante	<u>1.570.115</u>	<u>1.778.713</u>
Financiamento estudantil – FUNDACRED	555.845	438.478
Total não Circulante	<u>555.845</u>	<u>438.478</u>
Total	<u>2.125.960</u>	<u>2.217.191</u>

O Financiamento estudantil – FUNDACRED refere-se a valores a receber de alunos que firmaram convênio com a Fundação Aplub de Crédito Educativo – FUNDAPLUB. Este programa refere-se à concessão de crédito educativo para o custeio do curso de graduação.

A Entidade financia, ao aluno, 50% do valor de suas mensalidades escolares a serem pagas em parcelas mensais após a conclusão do seu curso de graduação.

6. ADIANTAMENTOS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Adiantamento de 13º salário	175	-
Adiantamento de férias	707.879	187.505
Adiantamento de funcionários	1.944	3.218
Adiantamento de fornecedores	13.585	8.329
Total	<u>723.583</u>	<u>199.052</u>

7. OUTROS CRÉDITOS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Cheques devolvidos	15.054	3.760
Créditos junto à Prefeitura de Brusque	-	154.000
IOF retido indevidamente a receber	-	39.406
Outros	34.286	37.567
Total	<u>49.340</u>	<u>234.733</u>

8. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

	<u>Terrenos</u>	<u>Prédios</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-
Reclassificação	1.410.000	780.625	2.190.625
Mensuração pelo valor justo (Nota 23)	3.186.380	(223.705)	2.962.675
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>4.596.380</u>	<u>556.920</u>	<u>5.153.300</u>
Mensuração pelo valor justo (Nota 23)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>4.596.380</u>	<u>556.920</u>	<u>5.153.300</u>

Em dezembro de 2019 a Entidade transferiu para a conta de propriedade para investimento, um terreno e um prédio localizados na Rua Manoel Tavares, no centro da cidade de Brusque, que até então estavam classificados em seu ativo imobilizado, uma vez que tais imóveis não serão mais utilizados em sua atividade operacional e destinar-se-ão a auferir aluguel ou à valorização.

Em 2019 a Entidade realizou as avaliações dos imóveis transferidos para propriedade para investimento, a valor de mercado. Para tanto contratou quatro especialistas do ramo imobiliário. O valor justo dos imóveis foi obtido com base na média aritmética das quatro avaliações, sendo que o valor justo do terreno resultou em R\$ 4.596.380 e o valor justo do prédio em R\$ 556.920. Em decorrência da avaliação dos imóveis com base no valor justo, foi contabilizado o montante de R\$ 2.962.675, como ganho líquido com propriedade para investimento, em conta do resultado financeiro.

No final de 2020, a Entidade realizou nova avaliação de sua propriedade para investimento por meio de especialista da área de engenharia. O valor total apurado, com base documento de avaliação, foi de R\$ 5.000.000. Em face do valor apurado, a Entidade não contabilizou ajustes no valor de sua propriedade para investimento no final de 2020.

9. IMOBILIZADO

Demonstrativo de custos de aquisição avaliados, depreciação acumulada e valor líquido:

				2020	2019
	Custo e Valor Justo	Depreciação acumulada	Impairment	Líquido	Líquido
Terrenos	3.406.814	-	-	3.406.814	3.406.814
Terrenos - AAP	17.299.058	-	-	17.299.058	17.299.058
Acervo bibliográfico	3.212.576	(317.693)	(1.569.977)	1.324.906	1.346.880
Edifícios, benfeitorias e construções	16.868.801	(4.934.210)	-	11.934.591	12.392.755
Prédios - AAP	11.422.792	(2.341.673)	-	9.081.119	9.309.575
Veículos	264.921	(245.754)	-	19.167	33.065
Construções em andamento	10.372.617	-	-	10.372.617	4.264.670
Adiantamento a fornecedores	196.634	-	-	196.634	108.765
Móveis e utensílios	3.651.334	(2.161.898)	-	1.489.436	933.041
Máquinas e equipamentos	4.882.825	(3.580.767)	-	1.302.058	464.483
Equipamentos adquiridos com recurso	1.014.707	(613.704)	-	401.003	502.473
Materiais educacionais	3.272.024	(913.692)	-	2.358.332	1.245.052
Equipamento de geração de energia	692.206	(651.491)	-	40.715	89.574
Imobilizado em andamento	371.837	-	-	371.837	19.798
Total	76.929.146	(15.760.882)	(1.569.977)	59.598.287	51.416.003

Reconciliação do valor contábil no início e no fim do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Posição de 31 de dezembro de 2020:

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo em 31/12/2020
Terrenos	3.406.814					3.406.814
Terrenos - AAP	17.299.058					17.299.058
Acervo bibliográfico	1.346.880	137.836		(159.810)		1.324.906
Edifício, benfeitorias e construções	12.392.755			(458.164)		11.934.591
Prédios - AAP	9.309.575			(228.456)		9.081.119
Veículos	33.065			(13.898)		19.167
Construções em andamento	4.264.670	5.541.772			566.175	10.372.617
Adiantamento a fornecedores	108.765	1.280.783			(1.192.914)	196.634
Móveis e utensílios	933.041	565.974	(519)	(188.827)	179.767	1.489.436
Máquinas e Equipamentos	464.483	1.082.061	(3.842)	(268.830)	28.186	1.302.058
Equipamentos adquiridos com recurso público	502.473			(101.470)		401.003
Materiais Educacionais	1.245.052	943.296	(46)	(221.859)	391.889	2.358.332
Equipamento de Geração de Energia	89.574			(48.859)		40.715
Imobilizado em andamento	19.798	325.142			26.897	371.837
Total	51.416.003	9.876.864	(4.407)	(1.690.173)	-	59.598.287

Posição de 31 de dezembro de 2019:

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixa/ Reclassificação*	Depreciação	Impairment	Transferências	Saldo em 31/12/2019
Terrenos	3.416.427		(9.613) *				3.406.814
Terrenos - AAP	18.699.445		(1.400.387) *				17.299.058
Acervo bibliográfico	3.072.596	1.843		(157.883)	(1.569.977)	301	1.346.880
Edifício, benfeitorias e construções	12.850.918			(458.163)			12.392.755
Prédios - AAP	10.349.012		(780.625) *	(258.812)			9.309.575
Veículos	82.783			(49.718)			33.065
Construções em andamento	285.619	3.268.246			710.805		4.264.670
Adiantamento a fornecedores	79.415	929.190			(899.840)		108.765
Móveis e utensílios	944.678	148.305	(534)	(168.737)		9.329	933.041
Máquinas e Equipamentos	451.924	247.828	(97)	(236.136)		964	464.483
Equipamentos adquiridos com recurso público	603.944			(101.471)			502.473
Materiais Educacionais	747.065	476.478		(174.303)		195.812	1.245.052
Equipamento de Geração de Energia	138.433			(48.859)			89.574
Imobilizado em andamento	17.746	19.423				(17.371)	19.798
Total	51.740.005	5.091.313	(2.191.256)	(1.654.082)	(1.569.977)	-	51.416.003

* Reclassificação para propriedade para investimento

- a) **Impairment do Acervo Bibliográfico:** No exercício de 2019, por meio de pesquisas de preço em mercado ativo de livros usados e informações internas sobre a obsolescência de seu material bibliográfico, a Entidade definiu nova vida útil para o seu Acervo Bibliográfico, bem como o percentual de seu valor residual. A vida útil ficou estimada em 10 anos e o valor residual em 20% do custo de aquisição. Em decorrência disso, a Entidade apurou o valor justo do seu Acervo Bibliográfico no final de 2019, que resultou em uma perda pela redução no valor recuperável desse ativo, naquele ano, no montante de R\$ 1.569.977, lançado contra o resultado do exercício.

10. INTANGÍVEL

Demonstrativo de custos de aquisição, depreciação acumulada e valor líquido:

	2020		2019	
	Custo e avaliação	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Softwares	787.114	(729.238)	57.876	21.681
Total	787.114	(729.238)	57.876	21.681

Reconciliação do valor contábil no início e no fim do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Posição em 31 de dezembro de 2020:

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Amortização	Saldo em 31/12/2020
Softwares	21.681	56.357	(20.162)	57.876
Total	21.681	56.357	(20.162)	57.876

Posição em 31 de dezembro de 2019:

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Impairment	Amortização	Saldo em 31/12/2019
Softwares	8.130	20.724			(7.173)	21.681
Marcas e Patentes	36.906	4.350	(41.256)			
Acervo EAD	108.343			(77.206)	(31.137)	
Direito de Matrícula - Alunos Colégio	924.287			(273.267)	(651.020)	
Total	1.077.666	25.074	(41.256)	(350.473)	(689.330)	21.681

a) **Acervo EAD:** A Entidade mantém valores registrados em conta de Acervo EAD, relativos a material didático, adquirido no ano de 2017, para uso em seus cursos de graduação, oferecidos na modalidade de ensino à distância. No ano de 2019 a Entidade procedeu à análise da utilidade do referido material para as operações de ensino à distância e foi constatada a sua inutilidade. Sendo assim, no final de 2019, o saldo remanescente de Acervo EAD, no montante de R\$ 77.206 foi baixado, com contrapartida no resultado em conta de Perda da não recuperabilidade de ativos intangíveis.

b) **Direito de matrícula – Alunos Colégio:** Em 2017 a Entidade assinou um termo de compromisso com a Sociedade Educacional Brusquense Ltda., mantenedora do Colégio Amplo. Este termo de compromisso teve como objetivo assegurar a FEBE, o direito de matrículas dos alunos matriculados no Ensino Médio do Colégio Amplo. A transferência de matrículas se efetivou no final do ano de 2018. Em dezembro de 2018 foi realizada a transferência, para a rubrica de Direitos de Matrículas – Alunos Colégio Amplo, do montante de R\$ 924.287. Como a transferência de matrícula contemplou duas turmas de ensino médio (2º e 3º ano), no ano 2019, 2/3 desse montante foi amortizado para o resultado do exercício, restando um terço a amortizar. Contudo, no final de 2019, a Entidade constatou a impossibilidade de recuperação do saldo remanescente desse ativo intangível (*Impairment*), uma vez que as receitas esperadas, desse investimento, para o ano de 2019, não seriam suficientes para a cobertura dos seus custos e despesas de operação.

Por não trazer benefícios futuros, em 31 de dezembro de 2019, a Entidade procedeu à baixa do saldo remanescente dos Direitos de Matrícula – Alunos Colégio Amplo, no montante de R\$ 273.267 com contrapartida no resultado em conta de Perda da não recuperabilidade de ativos intangíveis.

11. FORNECEDORES

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fornecedores	1.237.587	1.019.017
Total	1.237.587	1.019.017
<u>Por Vencimento</u>		
A vencer até 3 meses	869.378	979.705
A vencer de 3 a 6 meses	366.798	37.812
A vencer de 6 a 12 meses	1.411	1.500
Total	1.237.587	1.019.017

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição	Vencto. final	Finalidade	% dos encargos	2020		2019	
				Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Santander	jul/20	Cap.de giro	16,63% a.a.	-	-	247.497	-
Santander	nov/20	Cap.de giro	16,63% a.a.	-	-	620.883	-
BRDE	jul/23	Equip.	3% a.a.	44.832	70.729	44.868	115.400
BRDE	jul/26	Imóvel	6% a.a.+ TJLP	358.045	1.600.806	315.332	1.702.979
BRDE/ FINEP	jan/27	Equip.	5% a.a.+ TJLP	335.906	1.671.233	5.730	1.200.000
BRDE	jan/29	Imóvel	8,48% a.a. + IPCA	1.231.197	5.667.749	60.763	4.300.992
BRDE	jun/33	Imóvel e Cap. Giro	5,10% a.a.+ TJLP	235.764	2.575.641	217.468	2.565.738
BRDE	jun/32	Investimento	5,5% a.a. + SELIC	16.702	1.500.000	-	-
BRDE	jun/24	Cap. de Giro	5,5% a.a.+ SELIC	4.040	200.000	-	-
Total				2.226.486	13.286.158	1.512.541	9.885.109

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por hipotecas de bens imóveis, recebíveis da Entidade e avais dos administradores.

13. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Salários a pagar	811.115	1.165.423
Férias a pagar	1.196.860	1.051.879
FGTS a pagar	272.405	261.690
INSS a recolher	234.510	227.586
IRRF a recolher	404.139	361.299
Indenizações trabalhistas a pagar (i)	-	71.300
Total	<u>2.919.029</u>	<u>3.139.177</u>

- (i) No mês de julho de 2019 a Entidade firmou acordo trabalhista junto a 1ª Vara do Trabalho de Brusque relativo aos processos números 0001359-04.2017.5.12.0010 e 000231-75.2019.5.12.0010 dos quais era ré. Pelo acordo ficou ajustado que a Entidade deveria pagar ao reclamante, o montante de R\$ 178.250, em dez parcelas mensais e consecutivas de R\$ 17.825 cada, a partir de julho de 2019. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo a pagar perfazia o montante de R\$ 71.300, corresponde a quatro parcelas. As demais parcelas foram integralmente quitadas em 2020.

14. ADIANTAMENTO DE CONTAS A RECEBER

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Adiantamento de contas a receber	879.027	768.657
Total	<u>879.027</u>	<u>768.657</u>

Como prática de negócio e mercado de atuação da Entidade, as matrículas do ano letivo seguinte iniciam-se ao final do exercício social em curso. Além disso, há alunos que optam por antecipar o pagamento de suas mensalidades escolares. Conseqüentemente, são reconhecidos como adiantamento de contas a receber, no passivo circulante, os valores de mensalidades, de períodos subsequentes, recebidos, antecipadamente, pela Entidade no exercício social em curso e que serão reconhecidas no resultado do exercício de acordo com a sua competência.

15. RECEITA DIFERIDA

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Convênio FAPESC	101.471	101.471
Circulante	<u>101.471</u>	<u>101.471</u>
Convênio FAPESC	295.567	397.037
Não Circulante	<u>295.567</u>	<u>397.037</u>
Total	<u>397.038</u>	<u>498.508</u>

Em 2016 a Entidade recebeu através de convênio firmado junto a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) o montante de R\$ R\$ 1.010.742 com finalidade de aquisição de equipamentos para contribuir no aprimoramento de processos e produtos das indústrias do Arranjo Produtivo Local (APL) do município de Brusque e circunvizinhos por meio da criação de um centro de tecnologia e inovação, conforme proposta de trabalho apresentada pela Entidade. A realização deste convênio ocorre conforme depreciação de equipamentos adquiridos com o referido recurso.

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Repasse bolsas de estudo Art. 170 e outras	141.823	763.345
Unimed a pagar	99.048	84.351
ISS a recolher	6.218	17.009
Valores a repassar para o DCE	14.948	16.001
Contribuições consolidadas a recolher	3.172	10.148
Outras Contas a Pagar	133.982	133.236
Total Circulante	<u>399.191</u>	<u>1.024.090</u>
Taxa de administração a pagar - FUNDACRED	27.792	21.924
Total não Circulante	<u>27.792</u>	<u>21.924</u>
Total	<u>426.983</u>	<u>1.046.014</u>

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA

A Entidade no curso normal de suas operações está envolvida em ações judiciais sobre questões cíveis e trabalhistas.

Conforme posição dos assessores jurídicos, em 31/12/2020, a Entidade possuía ações cíveis e trabalhistas, nos montantes de R\$ 1.161.107 e 1.192.749 respectivamente, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável ou possível.

Ademais, a administração da Entidade, amparada na opinião dos assessores jurídicos, prevê que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos judiciais.

	<u>Cível</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Total</u>
	(i)		
Em 31 de dezembro de 2018	-	246.063	246.063
Constituição de provisão	893.214	104.945	998.159
Reversão de provisão	-	(246.063)	(246.063)
Em 31 de dezembro de 2019	893.214	104.945	998.159
Constituição de provisão	267.893	1.121.524	1.389.417
Reversão de provisão	-	(33.720)	(33.720)
Em 31 de dezembro de 2020	<u>1.161.107</u>	<u>1.192.749</u>	<u>2.353.856</u>

(i) Em outubro de 2018 a Entidade rescindiu o contrato de locação de Bens Móveis – CFTV (circuito fechado de televisão), pelo qual foram instaladas câmeras de segurança em todo o espaço físico da Entidade. Conforme a cláusula 7ª do contrato, que trata da rescisão contratual, está prevista multa compensatória correspondente ao saldo de meses faltantes para o cumprimento da vigência mínima estipulada no contrato, que era de 36 meses.

Ao solicitar a rescisão contratual ao locador, o mesmo informou que o valor da rescisão contratual era de R\$ 693.988 com desconto de 50%, ficando o montante de R\$ 346.994 a ser pago pela Entidade. Na opinião dos assessores jurídicos, à época, esse valor era impraticável, como também era remota a possibilidade de a Entidade desembolsar esse montante cobrado pelo locador.

Por não haver acordo sobre os termos da rescisão contratual, no ano de 2019, as partes judicializaram a questão, cujo processo tramita na 5ª Vara Cível de Blumenau. O valor atualizado desse processo no final de 2020 era de R\$ 1.071.540 (constituição de provisão de R\$ 178.326 em 31/12/2019). A constituição de provisão para contingência de outros processos cíveis contra a Entidade no ano de 2020 somaram R\$ 89.567.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1 AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

A Entidade determinou em 2010 o custo atribuído “deemed cost” dos seus bens do imobilizado com base no Pronunciamento Técnico CPC PME – Seção 17 – Ativo Imobilizado e Norma do Conselho Federal de Contabilidade NBC T 19.1, o qual está suportado por relatório de avaliação assinado por avaliadores, cujo objetivo foi o de reconhecer o valor justo dos bens, na premissa de sua realização e capacidade de produção, fundamentando-se ainda na avaliação e estimativa das vidas úteis e determinação do valor residual. Os efeitos do ajuste de avaliação patrimonial resultante da determinação do custo atribuído “deemed cost”, à época, foram contabilizados nas contas de imobilizado e patrimônio líquido. No final de 2019, parte do custo atribuído (R\$ 2.461.811) e da depreciação acumulada (R\$ 280.799) foi reclassificada para propriedade para investimento.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Propriedade para investimento	2.181.012	2.181.012
Terrenos	17.299.058	17.299.058
Edificações	<u>11.422.792</u>	<u>11.422.792</u>
Total de custo atribuído	<u>30.902.862</u>	<u>30.902.862</u>
Depreciação acumulada	<u>(2.341.673)</u>	<u>(2.113.217)</u>
Total de depreciação	<u>(2.341.673)</u>	<u>(2.113.217)</u>
Total de ajuste de avaliação patrimonial	<u>28.561.189</u>	<u>28.789.645</u>

Os efeitos por realização do ajuste de avaliação patrimonial foram reclassificados para superávit acumulados, proporcionalmente à depreciação no montante de R\$ 228.456 (2019 – R\$ 258.813).



19. RECEITA BRUTA

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Matrículas e mensalidades graduação	32.093.897	29.424.239
Mensalidades pós-graduação	1.059.962	1.452.947
Matrículas e mensalidades ensino médio	1.563.398	1.489.915
Receita de taxas e certificados	46.322	77.112
Receita de convênios	-	8.672
Receita de serviços prestados	134.911	770.203
	<u>34.898.490</u>	<u>33.223.088</u>

20. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Salários e encargos sociais, indenizações trabalhistas e outros custos com pessoal	18.025.023	17.600.444
Energia elétrica, água, telefone e internet	595.689	605.473
Aluguel	101.628	542.866
Material de consumo, de expediente e impressos	588.060	814.711
Conservação e manutenção de prédios, móveis e utensílios e equipamentos	544.541	413.566
Depreciação	1.696.438	1.642.675
Bolsa de estudo residência médica	239.791	219.808
Outros custos	552.144	291.533
Total	<u>22.343.314</u>	<u>22.131.076</u>

21. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Salários e encargos sociais, indenizações trabalhistas e outras despesas com pessoal	4.935.472	5.459.252
Viagens, estadias e participação e organização de eventos	117.941	305.929
Serviços de terceiros pessoa jurídica	811.860	900.867
Honorários advocatícios	13.497	901.045
Conservação e manutenção de veículos e softwares	424.463	418.528
Assinatura de jornais, revistas e softwares	406.915	357.743
Propaganda e publicidade	504.932	465.729
Indenizações	269.149	924.575
Depreciação e amortização	13.897	700.737
Outras despesas	129.119	243.771
Subtotal	<u>7.627.245</u>	<u>10.678.176</u>
Constituição da provisão para devedores duvidosos	4.245.959	2.930.093
(-) Reversão da provisão para devedores duvidosos	(3.743.539)	(2.678.119)
(-) Recuperação de títulos baixados	(45.027)	(61.574)
Total	<u>8.084.638</u>	<u>10.868.576</u>

22. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

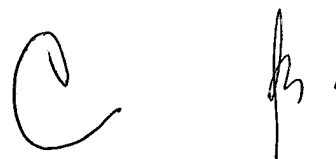
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Multas biblioteca	15.911	43.653
Doações	23.070	8.944
Receita de aluguéis	43.890	70.833
Outras receitas (i)	102.099	7.330.131
Impairment de Ativos imobilizado e intangível	-	(1.920.450)
Subvenções estaduais	346.588	131.797
(-) Custo da alienação ou baixa de bens	(565)	(41.887)
	<u>530.993</u>	<u>5.623.021</u>

- (i) A Entidade ajuizou uma ação contra a União – Fazenda Nacional com o objetivo de receber imunidade quanto ao Recolhimento das Contribuições Sociais – INSS, conforme trânsito em julgado em 08/06/2018, do processo 5003257-23.20164.04.7215 no TRF da 4ª. Região. O resultado da ação foi favorável à Entidade.

A restituição dos valores indevidamente recolhidos nos últimos cinco anos tinha prazo de pagamento até dezembro de 2019. O montante atualizado, desses valores, pela taxa Selic até 30/11/2018 era de R\$ 14.168.752, sendo autorizado pelo conselho curador da Entidade negociar 50% desse montante, à época.

Em dezembro de 2018 a Entidade realizou um contrato de cessão de direitos creditórios com o objetivo de ceder e transferir aos cessionários, de forma irrevogável e irretroatável 50% do precatório, cujo recebimento estava previsto para dezembro de 2019. Em dezembro de 2018 foi depositado em conta corrente da Entidade, pelos cessionários, o montante de R\$ 5.809.188, sendo reconhecido o montante de R\$ 7.084.376 na rubrica de outras receitas, e o montante de (R\$ 1.275.188) na rubrica de outros juros. Foi realizado o pagamento de honorários advocatícios referentes a esse processo, no montante de (R\$ 697.103).

Em 06/05/2019 a Entidade recebeu da União, o valor do precatório, por meio de depósito em conta corrente do Banco do Brasil, no montante atualizado de R\$ 14.390.970. Por força do contrato de cessão de direitos creditórios firmado em 2018, a Entidade repassou, aos cessionários, o montante de R\$ 7.195.485, correspondente a 50% do valor recebido. Ainda no mês de maio de 2019, a Entidade reconheceu o montante de R\$ 7.195.485 na rubrica de outras receitas e realizou o pagamento de honorários advocatícios referentes a essa receita, no montante de (R\$ 861.795).



23. RESULTADO FINANCEIRO

Receitas Financeiras	2020	2019
Rendimentos sobre aplicações financeiras	93.214	192.091
Descontos obtidos	70.737	21.563
Juros recebidos	249.764	286.919
Total	413.715	500.573
Gainho com mensuração pelo valor justo (i) Nota 08	-	2.962.675
Despesas Financeiras		
Descontos concedidos	(269.585)	(212.435)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e outros	(1.444.410)	(1.477.297)
Tarifas bancárias	(145.352)	(226.656)
Outros juros	(279)	(1.431)
Total	(1.859.626)	(1.917.819)
Resultado financeiro líquido	(1.445.911)	1.545.429

(i) Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade reconheceu, o ganho pelo valor justo de propriedade para investimento no grupo de receitas financeiras uma vez que se assemelha a instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo por meio do resultado.

24. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

25. TRABALHO VOLUNTÁRIO

A Norma de Contabilidade para Entidade sem Finalidade de Lucros, ITG 2002 (R1), emanada do Conselho Federal de Contabilidade, em seus itens que tratam do reconhecimento de receitas e despesas, dispõe sobre o reconhecimento do trabalho voluntário no item 19, da seguinte maneira: “O trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro”.

O artigo 1º a Lei 9.608, de 18/02/1998, que dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências, assim define o serviço voluntário:

Art. 1º Considera-se serviço voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade.

A Entidade possui órgãos colegiados responsáveis pelas suas diretrizes de gestão e fiscalização, como o Conselho de Administração – CA, o Conselho Universitário – CONSUNI e o Conselho Curador – CC, cujos membros se reúnem periodicamente. Docentes e funcionários técnico-administrativos da Entidade, bem como pessoas da comunidade fazem parte desses órgãos colegiados, de acordo com os seus regulamentos. Essa participação ocorre de forma gratuita, sem remuneração, constituindo-se em trabalho voluntário. No exercício de 2020, essa participação resultou em 309 horas de trabalho voluntário.

26. COVID-19

A Entidade vem acompanhando a evolução da pandemia no Brasil e no mundo, e as ações desencadeadas pelas autoridades públicas, em virtude disso, que podem impactar sua operação.

Por esta razão, foram adotadas medidas emergenciais de contenção de despesas, manutenção das receitas e preservação de caixa. Dentre essas medidas destacam-se:


- Plano de contingência, para dar continuidade às atividades de ensino por meio de formato não presencial, *take home*;
- Parcelamento de valores vencidos de mensalidades escolares;
- Adiamento para 2021 do reajuste salarial previsto para acontecer em 03/2020;
- Redução de custos e despesas de toda ordem;
- Suspensão temporária de contrato de aluguel;
- Postergação e parcelamento de pagamento de FGTS, férias, parcelas de empréstimos e juros, de acordo com as deliberações dos órgãos competentes.

Em face da sua natureza jurídica, a Fundação Educacional de Brusque – FEBE não está entre as entidades contempladas com os dispositivos legais, editados pelo governo federal, que possibilitaram a suspensão ou redução da carga horária de trabalho e respectivos salários de seus empregados.


Assim, até o momento, e diante das ações tomadas pela Administração e dos valores já refletidos nas demonstrações financeiras, a Entidade não apresentou outros impactos relevantes que possam vir a afetar significativamente a sua situação financeira e patrimonial, tampouco as estimativas e os julgamentos contábeis.

Por fim, e atenta aos desdobramentos da evolução da pandemia Covid-19, a Entidade, poderá tomar novas medidas no intuito de evitar ou mitigar impactos negativos sobre o seu patrimônio.

Brusque (SC), 12 de fevereiro de 2021.



ROSEMARI GLATZ
Presidente da FEBE



LUIZ PEDRO BENVENUTI
Contador
CRC N.º SC-016.832/O-6